

Uma discussão sobre a contribuição das mulheres na disputa por soberania alimentar

A discussion about the contribution of women in the struggle for food sovereignty

NEWTON NARCISO GOMES JR. *

ERICA RAMOS ANDRADE**



RESUMO – Este artigo discute as possíveis contribuições das mulheres na luta pela construção da soberania alimentar. A metodologia consistiu na revisão teórica associando a categoria racionalidade à luta e interesse das mulheres do campo pela alimentação. Como resultado, obteve-se que, não obstante a histórica falta de visibilidade acerca do papel das mulheres na agricultura, sua postura como sujeitos políticos tem permitido afirmar sua identidade e articular seus interesses, inclusive na disputa por soberania alimentar. Partindo desses resultados, acredita-se que a articulação das mulheres pode trazer ganhos ao desestabilizar os papéis tradicionais de gênero no campo e defender seus interesses no âmbito da agricultura familiar.

Palavras-chave – Mulheres camponesas. Questão agrária. Soberania alimentar. Agricultura familiar.

ABSTRACT – This essay addresses peasant women's contribution in the struggle for food sovereignty in Brazil. Through theoretical review was possible make a relation with categories as fight of women to land reform and her engagement with all dimensions of feeding. Based on these studies, it's believed women organization can bring gains to change traditional gender roles in the field and to promote the interests of women in the family farm organization.

Keywords – Peasant women. Agrarian question. Food sovereignty. Family farm.

* Economista, Doutor em Política Social. Professor adjunto UnB e professor do quadro permanente do PPG em Política Social SER da Universidade de Brasília (UnB), Brasília/DF, Brasil. *E-mail:* swnewtongomes@unb.br

** Mestranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Universidade de Brasília (UnB Planaltina). Analista Técnica de Políticas Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília/DF, Brasil. *E-mail:* erica.andrade@mds.gov.br

Submetido em: julho/2013. Aprovado em: outubro/2013.

A despeito de soberania e segurança alimentar¹ serem conceitos vistos academicamente como distintos, porém relacionados (MENEZES, 2001; GOMES JUNIOR, 2007; MALUF, 2009; BURITY et al., 2010), para os movimentos ligados à questão agrária ambas são tratadas como divergentes (VIA CAMPESINA, 2007).² Para fins desta pesquisa, as duas categorias serão consideradas como diferentes, por conta do seu percurso histórico-político, sendo soberania alimentar³ uma noção que abarca segurança alimentar (ROSSET, 2004; STÉDILE, 2004; STÉDILE & CARVALHO, 2012).

Para a Via Campesina⁴ e para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), quando se reporta ao acesso aos alimentos como uma das condições para a realização do direito humano à alimentação, não se pode perder de vista que, para além da garantia de uma alimentação permanente e de qualidade, é fundamental que o modelo de produção seja diverso e sustentado pelo poder da tradição e de práticas sócio-histórico-culturais dos povos. Nesse sentido, a soberania alimentar trata a perspectiva do direito de populações – principalmente daquelas que tiram da relação com a terra o seu sustento – assegurarem o seu consumo com base na sua produção (ROSSET, 2004). Soberania alimentar torna-se um conceito elementar para articular a luta dos povos em defesa da alimentação como um bem e um valor cultural em oposição ao seu valor como mercadoria para atender aos interesses do mercado externo. Nesse contexto é que as mulheres trabalhadoras do campo exerceriam um papel decisivo, uma vez que toca a elas, principalmente, a provisão da casa e as lides associadas à produção diversificada dos alimentos que vão à mesa da família.

Contudo, a invisibilidade dessas mulheres quanto ao exercício de seus misteres na agricultura historicamente tem subtraído importância de suas contribuições para a luta pela terra no campo. Porém, a situação começa a ser modificada a partir da conscientização política dos movimentos, tendo em vista a inclusão das pautas de gênero nas políticas públicas para o meio rural. Assim, a partir dessas condições conquistadas pelas próprias mulheres na arena de lutas, elas vêm se fortalecendo como sujeitos políticos, articulando seus interesses e exercendo papel decisivo na disputa pela soberania alimentar.

No presente ensaio, é apresentada uma revisão teórica sobre o impacto da modernização tecnológica no trabalho feminino e sobre a relação desse processo com as mobilizações das mulheres do campo. Assim, associou-se a categoria racionalidade à luta e aos interesses das mulheres pela alimentação sob seus distintos aspectos, ou seja, da comida, à mesa, à produção cuidadosa dos alimentos. A articulação política das mulheres na luta pela terra pode trazer ganhos organizativos e de voz para elas na medida que suas ações desestabilizam os papéis tradicionais de gênero, assegurando com isso participação destacada na construção do debate sobre soberania alimentar.

Para dar conta desse propósito, o ensaio foi dividido em três seções, todas elas relacionadas com a construção da soberania alimentar e mediadas pelos debates da política agrícola no Brasil, tecnologia e saberes tradicionais e gênero.

Soberania alimentar e a política agrícola no Brasil

Muitos não de concordar que a fome consiste num dos problemas mais antigos dos seres humanos em sociedade. Historicamente, análises têm sido empreendidas no sentido de verificar suas causas, consequências e expressões a ponto de melhor definir e classificar esse fenômeno. As análises no último século apontam a fome como um fenômeno de grandeza social, ou seja, ela decorre da nossa forma de organização em sociedade e não meramente por adversidades naturais.

Nas reflexões apresentadas por Castro (1957) são desmitificadas as principais teorias a respeito desse fenômeno. A primeira interpreta-o como um problema de ordem natural e irremediável, cabendo à sociedade aceitar passivamente tais fatos. A segunda, originária do pensamento de Thomas Malthus,⁵ refere-se a um aumento populacional, identificado principalmente em países pobres e subdesenvolvidos, cuja cultura enseja a reprodução humana de forma descontrolada em relação aos meios produtivos que

detêm para garantir a alimentação de todos. Nesse contexto, a fome era associada a ineficiência quanto à produtividade nos países subdesenvolvidos e à disponibilidade de alimentos para a população.

Por isso, Castro (1957, p. 465) interpreta tal fenômeno da seguinte forma:

[...] a fome coletiva é um fenômeno de categoria social, provocado, via de regra, pelo aproveitamento inadequado das possibilidades e recursos naturais ou pela má distribuição dos bens de consumo obtidos. [...] já não é possível admitir-se ser a fome um fenômeno natural, uma vez que ele é condicionado muito mais por fatores de natureza econômica do que pelos de natureza geográfica.

Apesar de nesse período ainda estar em processo o controle das multinacionais sobre a produção e os mercados agroalimentares, esse autor já explicitava a grande contradição que impera na referida temática: a falta de disponibilidade dos bens de consumo não se trata meramente de uma questão técnico-produtiva, mas sim de interesses econômicos defendidos pelos países ou pelas próprias multinacionais, seja nas suas relações internacionais, seja nas relações internas. Diante disso, a Conferência das Nações Unidas, realizada em Hot Springs em 1943 já sinalizava a pobreza como uma das principais causas da fome, muito embora ainda se insistisse na insuficiência produtiva como o fator central (MALUF, 2009).⁶

Partindo de interesses mercadológicos, as alterações a partir desse contexto se debruçaram no aumento da capacidade agrícola de produção com as variedades de alta produtividade. O discurso sobre a fome passa a ser uma das grandes justificativas para as alterações no meio rural, sobretudo com a Revolução Verde,⁷ visando a expandir o padrão produtivo dos países. Para Susan George (1978), a adoção de um modelo de capital intensivo para produção contribuiu para elevar a concentração de terras, a injustiça social e a fome nos países do Terceiro Mundo. A produção alimentar centrou-se, mormente, na geração de lucros para a agroindústria e na criação de mercados consumidores nos países subdesenvolvidos.

Ainda a respeito da criação de mercados, a referida autora afirma que o aporte tecnológico transferido aos países subdesenvolvidos mediante o auxílio de organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, permitiu moldar o tipo de desenvolvimento assumido nesses países (GEORGE, 1978). Tal modelo debruçou-se fortemente na produção agrícola para exportação em detrimento do consumo interno, desvirtuando a capacidade desses países de dispor de alimentos para sanar a deficiência alimentar da população. Esse modelo de desenvolvimento orientado para as necessidades do mercado internacional foi um dos fatores de recrudescimento da soberania dos Estados e mais especificamente dos povos, principalmente na questão da alimentação.

No Brasil, apesar de a fome ter sido um pretexto para modernizar a agricultura, o interesse maior foi garantir o aumento de sua produção para se projetar no mercado competitivo mundial e ventilar a acumulação do capital internacional. A dinâmica do capitalismo no campo foi mais do que uma acentuada industrialização da agricultura, mas uma junção de capitais, permitindo o aumento da concentração de riquezas nas mãos, primeiramente, de uma reduzida elite agrária e, posteriormente, de empresas de capital internacional. Para além de ser uma integração técnico-produtiva, verificou-se uma junção de capitais comercial, financeiro e industrial (BELIK, 2007). Em vista disso, destaca-se que a agricultura desempenhou um papel fundamental para garantir a acumulação capitalista (MEDEIROS, 2009).

Apesar do citado, modernizar a agricultura e montar um parque industrial para garantir a competitividade dos produtos brasileiros implicou um forte endividamento externo nas décadas de 1950 e 1960, fato que seria explicitado a partir da crise do petróleo em 1979 com as medidas adotadas pelo governo brasileiro. A estratégia para saldar a dívida foi, principalmente, a busca pelo superávit da balança comercial, sustentada na produção agrícola. Tal fator encetou o aumento da produção, sobretudo com a expansão da fronteira agrícola, aprofundada a partir de meados da década de 1980, quando a produtividade começou a dar sinais de decréscimo. Foi imprescindível, então, avançar na exploração de

novos limites e aumentar a produção de bens voltados ao mercado externo, inclusive aumentando o acúmulo de tecnologia na produção (DELGADO, 2009).

Destaca-se, portanto, que o desenvolvimento rural brasileiro foi disciplinado pelo desenvolvimento agrícola, conforme argumenta Delgado (2012). O meio rural é concebido diante de sua capacidade de produção de matérias-primas orientadas essencialmente para a exportação e para a geração de divisas e menos como meio de reprodução de um modo de vida por amplos segmentos da população (ROSSET, 2004). Nesse sentido, a tônica do debate da soberania alimentar tem sido não só a garantia de abastecimento alimentar às pessoas, mas a proteção da agricultura como estilo de vida essencial à reprodução dos camponeses, conforme declara a Via Campesina. Para essa organização, a soberania trata-se do

[...] direito de os povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental [...]. A soberania alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos (FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001).

Como tal, implica a participação social dos povos e movimentos em toda a cadeia de produção e circulação dos alimentos, fazendo resistência à política agrícola adotada nos países do Terceiro Mundo. Portanto, a soberania deve levar em conta não só a participação desses atores no desenho do comércio, mas o respeito ao seu modo de produção e à sua cultura. Isso retoma a possibilidade de a alimentação ser efetivada em respeito aos valores tradicionais e culturais das regiões e países no que tange às formas de cultivo e hábitos de consumo.

Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, em um século de globalização, a variedade de espécies de plantas utilizadas para alimentação e outros usos decresceu de 100 mil para 30 mil só no continente asiático (FAO, 2012). Diante desse contexto, a própria agência situa como urgente a necessidade de valorização e resgate dos saberes dos povos tradicionais e indígenas.

A alimentação é relacionada à reprodução do ponto de vista físico e nutricional, bem como às necessidades culturais de grupos e comunidades. Ela corresponde a formas de racionalidades (destaca-se o plural usado no conceito) que traduzem um valor moral e identitário pertinentes a seus modos de vida. É importante reconhecer que, para além do protagonismo social que se vincula ao conceito de soberania, esse resgata uma diversidade biológica e sociocultural que tem sido dizimada ao longo dos processos de globalização dos mercados (GOMES, 2004).

Aqui, a questão da mulher ganha especial atenção quando os movimentos sociais da luta pela terra as reconhecem como atrizes fundamentais no resguardo da alimentação da família e na preservação de práticas tradicionais. Apesar de a temática da alimentação ser uma questão que as envolve diretamente em decorrência de uma situação histórica e cultural da divisão sexual do trabalho (SILIPRANDI, 2004), tem-se aqui um espaço de luta das mulheres, reconhecendo a importância de seu trabalho na agricultura e na garantia de segurança alimentar da família.

Entretanto, cabe perguntar de que forma tal debate favorece a questão da mulher ao valorizar seu papel na produção de alimentos. Tal questionamento projeta múltiplas alternativas para a luta das mulheres no meio rural, sendo possível especular possibilidades que a disputa por soberania alimentar podem trazer concretamente para elas.

Modernização tecnológica e racionalidade subversiva: os saberes tradicionais em foco

O referido embate, promovido pela defesa da soberania alimentar, retoma diferentes racionalidades que subjazem nos modelos produtivos projetados, quais sejam: uma racionalidade científica que encara os processos de modernização tecnológica como necessários para o desenvolvimento e as demais racionalidades inerentes aos distintos valores culturais que foram historicamente subjugadas por esse primeiro, como os saberes e práticas tradicionais de diversos povos. Essas últimas estão circunscritas ao projeto político defendido pelos movimentos sociais a partir da defesa da soberania alimentar ao propor uma racionalidade distinta daquela subjacente à modernização tecnológica, sendo tratada por Feenberg (2009) como racionalidade subversiva.

Dado esse panorama, vem à tona uma pergunta central para esse tópico no sentido de questionar como a Revolução Verde é justificada no contexto do desenvolvimento rural, ou seja, segundo quais valores essa modernização está assentada. Responder a essa questão nos permite entender por que a modernização da agricultura ganhou tal *status* a ponto de excluir outros tipos de racionalidade no campo da produção e reconhecimento do saber.

No contexto da modernidade, a tecnologia, e com ela a racionalidade científica, é vulgarmente associada à neutralidade. Objetificada de tal forma, a ela seria atribuída somente a eficiência de seu uso, ou seja, tornar os processos mais ágeis ou menos custosos. Por isso, a tecnologia acaba sendo associada ao progresso e ao desenvolvimento econômico, social e cultural (DAGNINO, 2008). Descontextualizar a tecnologia e atribuir-lhe um valor inerente, qualquer que seja o seu uso, foi, portanto, uma das maiores potencialidades desse argumento em reduzir o tradicional ao arcaico e valorizar o inovador. Por ser novo, já estaria contido em si um progresso, fazendo dissolver a criticidade que deveria existir quando de sua aplicação.

Aqui é reforçada a ideia de que não há uma autonomia imanente à produção tecnológica, tampouco em atribuir ao desenvolvimento do capitalismo a “evolução” tecnológica. Representa compreender como as formas de hegemonia do poder reproduzem a dominação no campo da tecnologia (DAGNINO, 2008). Importa entender que a produção tecnológica agrícola corresponde a determinadas expectativas e pretende gerar determinados resultados, mas que outros resultados também poderiam ser gerados. Ou seja, partindo das estruturas sociais da nossa sociedade, surge uma amplitude de alternativas para o desenvolvimento e, além disso, a sua forma de aplicação igualmente vai engendrar outro leque de efeitos.

Essa leitura não compreende a produção técnica como autônoma nem como má ou boa em si, todavia, como reflexo de ações conscientes ou não sobre o meio a fim de modificá-lo. Nesse sentido, Feenberg (2009) lança mão de dois conceitos que serão fundamentais para embasar o seu pensamento: o horizonte cultural e o significado social.

O primeiro consiste nos fundamentos que embasam a produção técnica, relativizando os diferentes contextos e culturas que a perpassam. Em que pese o fato de a modernização tecnológica ocorrer nos marcos do modo de produção capitalista, outras técnicas de domesticação e produção dos alimentos são relatadas em outras sociedades ou em períodos anteriores (MAZOYER; ROUDART, 2010; FLANDRIN; MONTANARI, 1998). Mas aqui a produção será essencialmente norteadada pelos auspícios da acumulação capitalista a partir de uma necessidade de constante maximização do lucro. Portanto, o horizonte cultural revela as possibilidades e escolhas que precedem a produção dos artefatos e que estarão contidos nessa ação.

Já o segundo aspecto, explicitado por Feenberg (2009), diz respeito ao significado que a tecnologia ganha a depender do contexto em que ela é explorada. Por exemplo, um cesto de palha que é usado por tribos indígenas para a pesca pode ser usado como cesto para guardar roupas ou como decoração para determinados ambientes. Nessa ilustração, a produção tecnológica transpassa o conceito

de eficiência para gerar lucro, podendo ganhar outras denotações quando mediados (eficiência e lucro) pela ética e pela estética.

Com base nessa interpretação, retoma-se o conceito de racionalização subversiva como toda aquela racionalidade que é mediada não somente pelo lucro e obtenção de poder, posto que corresponde à “[...] responsabilidade da ação técnica quanto aos contextos humanos e naturais” (FEENBERG, 2009, p. 92). Essa proposta alarga o eixo interpretativo a respeito da racionalidade ao atribuir significado à modernização, relevar a sua especificidade histórico-cultural e imputar responsabilidade aos agentes sociais. Nessa linha de argumentação, portanto, torna-se interessante perceber que a modernização da agricultura pretendeu corresponder aos interesses dos organismos e corporações internacionais que patrocinaram tais mudanças no meio rural e não como um necessário e único caminho para o desenvolvimento.

A ampliação do conceito de racionalidade auxilia a interpretação que se tem dado às técnicas desenvolvidas pelas comunidades tradicionais e de camponeses. Se, para a ciência moderna, tais práticas eram identificadas como irracionais, na leitura apresentada por Feenberg (2009) se encontra um terreno profícuo para enfatizar que, de fato, são racionais, porém são subalternizadas. Para que a modernização da agricultura alcançasse o *status* de racional e adequada para todo e qualquer contexto, foi preciso que outras racionalidades fossem denominadas irracionais.

Contudo, o resgate dessa racionalidade não pretende impor uma forma de poder às avessas e subjugar tecnologias produzidas segundo a racionalidade científica como formas de saber que não podem ser aproveitadas por outros agentes. O processo de apropriação deve ser mediado pelo controle e participação social dos sujeitos envolvidos, garantindo um ajustamento ou aprimoramento das técnicas. Esse processo visa à construção do significado social conferido às ações técnicas escolhidas em consonância com interesses coletivos. Ou seja, que não gere somente renda em comunidades, mas que desponte para outras demandas como melhoria da qualidade de vida e das condições de trabalho das comunidades, preservação do meio ambiente e da biodiversidade, entre outras necessidades envolvidas.

A soberania alimentar como projeto defende, justamente, que os povos e as comunidades possam arbitrar seus modelos produtivos, suas formas de comércio e o seu consumo. Reconhece e respeita a variedade de racionalidades que permeiam as diferentes culturas e modos de vida, bem como a utilização dos proventos da ciência e da tecnologia a seu favor no melhoramento de sementes e controle de pragas, na produção de técnicas de aproveitamento alimentar, na capacitação técnica, entre outros benefícios.

Por isso, a defesa da soberania alimentar pelos movimentos sociais se constitui como expressão de uma racionalidade ambiental que, longe de ser única e homogênea, é caracterizada como “o efeito de um conjunto de interesses e de práticas que articulam ordens materiais diversas que dão sentido e organizam processos sociais através de certas regras, meios e fins socialmente construídos” (LEFF, 2008, p. 134). Não se trata de uma diversidade plena, uma vez que alguns projetos possuem maior poder de barganha ou se constituem como melhor representados do que outros. Mesmo assim, é uma racionalidade que procura abarcar outras racionalidades em defesa do direito à alimentação e à autonomia produtiva. Dessa forma, compreende-se que tais relações de poder forjam-se internamente às organizações coletivas de luta em que disputam por reconhecimento, valorização a preservação de identidades e espaços nos quais os sujeitos transitam.

O processo de construção dessas racionalidades, segundo Agarwall (1992), tem como subsídio o universo cultural pertinente às distintas comunidades, bem como relações de gênero, raça e etnia que conformam o conhecimento dos indivíduos. O conhecimento, embora coletivo, é absorvido pelos indivíduos de forma diferenciada, tendo relação com a posição social que os sujeitos ocupam. As mulheres podem, portanto, ser vistas como sujeitos da soberania alimentar, seja pelo interesse em promover novas formas de organização social no meio rural, seja pelo de garantir o consumo familiar tradicionalmente atribuído a elas.

Surge aí uma contradição para o posicionamento político das mulheres: ao passo que buscam autonomia e se projetam como sujeitos em especial nas políticas de alimentação, sendo, ainda, identificadas com o consumo doméstico e o cuidado familiar (SILIPRANDI, 2004), ratifica-se o papel assumido na preservação dos hábitos alimentares da família, garantindo-lhe maior visibilidade, ao mesmo tempo em que isso pode enclausurá-las no ambiente doméstico e no espaço reservado à reprodução social. Contudo, não é por serem mulheres que a divisão do trabalho será sempre a mesma, uma vez que elas vivenciam formas específicas de discriminação a depender da sua condição social, o que conduz a uma disputa por vezes contingenciada pela experiência concreta e específica dessas mulheres (FERREIRA, 1988).

Em vista disso, considera-se importante estudar o papel das mulheres interpretado pelos estudos de gênero no meio rural. Analisar os movimentos de mulheres camponesas, quilombolas e indígenas permite resgatar tipos de racionalidades que podem não estar sendo devidamente reconhecidas em decorrência desse caldo cultural que é a racionalidade ambiental definida por Leff (2008).

Mulheres e soberania alimentar

Os movimentos de mulheres rurais, como o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e organizações feministas, pretendem fazer frente a uma condição histórica de invisibilidade das mulheres no campo e de dificuldades a serem reconhecidas como sujeitos políticos. A condição de mulher camponesa procura fazer resistência a uma dupla forma de vulnerabilidade: correlacionar a dominação de gênero e a existência desta no campesinato. Pretende-se apresentar o caso específico das mulheres que veem sua racionalidade ser subjugada e marginalizada tanto pelas instituições sociais que reproduzem o patriarcado, quanto pela racionalidade científica e econômica marcada pelo capitalismo.

No âmbito da agricultura, a divisão sexual do trabalho ocorre tal qual no meio urbano, como uma separação e hierarquização de atividades entre indivíduos. Enquanto os homens assumem atividades que estão mais ligadas à produção externa e ao comércio, como o cuidado com os animais de grande porte, o abate e a lavoura para venda, as tarefas de manutenção do ambiente doméstico são em grande parte ocupadas pelas mulheres. Por não gerar renda diretamente, o trabalho feminino acaba por ser subvalorizado (MELO, 2006). Isso implica que as mulheres sejam associadas ao campo da reprodução social e menos da produção, apesar de ambas as categorias apenas refletirem dimensões da atividade laboral, independentemente de estarem mais próximas ou menos dos proventos financeiros.

Mesmo participando da cadeia produtiva, o trabalho doméstico tende a ser visto como um não trabalho e sim como uma inclinação natural para essas atividades. Dessa forma, as atividades femininas acabam por recair no campo do “natural” (MEDEIROS, 2009), menos interpretadas como uma construção social operada num modo de vida em que os agentes exercem suas atividades a partir de escolhas, contingências e significados para a sua existência. Grossi (1998) explica que, da mesma maneira que as barreiras entre o masculino/feminino são mutáveis de acordo com o universo cultural em voga, os papéis assumidos pelos pares também são moldados, uma vez que dependem de interações concretas entre os sujeitos.

Mesmo pouco valorizadas, as atividades exercidas pelas mulheres são de extrema importância para a qualidade de vida da família, especialmente em ambientes de extrema pobreza. São elas as principais responsáveis pela manutenção da unidade familiar, assumindo o controle pelos hábitos alimentares da família (PANZUTTI, 2006; PORTELLA; SILVA, 2006). Segundo Menasche, Marques e Zanetti (2008), a produção para o autoconsumo é atividade preponderantemente feminina, além de serem as mulheres as responsáveis pelas trocas dentro da comunidade que possibilitam diversificar o cardápio da unidade familiar e atualizar os vínculos sociais. A construção dos hábitos alimentares é, antes, pensada,

elaborada e significada, de forma que os alimentos que vão para a mesa ganham significados para além das suas capacidades de atender a requerimentos de natureza fisiológica.

A contribuição dessas mulheres vai muito além da construção das condições de saúde das populações rurais. Relaciona-se, em última instância, à reprodução social e de valores e significados culturais em face de um horizonte cultural precedente. Não se trata aqui de excluir a participação de outros atores sociais nos padrões de sociabilidade desenhados; todavia, é importante destacar que o trabalho feminino exige esforço teleológico e que, a partir daí, diferentes símbolos serão (re)construídos em torno da produção e consumo dos alimentos a depender do universo cultural que se aborda.

Entretanto, o recrudescimento da soberania alimentar ocasionou mudanças sofridas no espaço, no tempo e no tipo de trabalho exercido pelas mulheres. Analisando a produção algodoeira em Leme-SP, Panzutti (2006) constata que a forte mecanização do campo promoveu a individualização do trabalho e a redução das atividades femininas ao espaço doméstico. O homem, com o auxílio do trator, da colhedeira, entre outros artefatos, prescinde de força de trabalho para desenvolver o cultivo da lavoura.

Dito isso, argumenta-se que a lógica do mercado e da racionalidade científica como parâmetro para a modernização agrícola manteve a tradicional divisão sexual do trabalho e reduziu a importância e o espaço de trabalho da mulher, sendo apontada como uma das causas para a redução maior da população feminina no campo em relação à masculina. Isso reflete uma erosão dos valores simbólicos referentes ao modo de produção/reprodução que garantia o pertencimento comunitário e territorial dos indivíduos.

Ademais, Menasche, Marques e Zanetti (2008) pontuam que a redução da propriedade nas partilhas por herança e venda de terras e a grande oferta de alimentos no mercado culminaram numa redução do autoconsumo e do trabalho feminino no roçado. Contribuíram ainda para a redução da produção e o desaparecimento dos moinhos coloniais destinados ao preparo dos farináceos (espaço de trabalho tipicamente feminino), bem como a compra de sementes e mudas em detrimento da aquisição no interior da propriedade mediante colheita e secagem das sementes.

Se o cuidado com a lavoura e a criação de animais destinada ao provimento do consumo doméstico era uma atividade tipicamente feminina, na pesquisa de Krone e Menasche (2012) com famílias assentadas no Rio Grande do Sul, a responsabilidade por esse espaço passa a ser atributo masculino na medida em que parte dos cultivos destinados ao autoconsumo é orientada para o comércio. Ademais, quando a família era inquirida a respeito das práticas e hábitos de alimentação, as mulheres eram as que mais discorriam sobre a dieta específica dos indivíduos residentes no domicílio. Por isso, tais autores defendem que a segurança alimentar encontra-se além de indicadores nutricionais, pois argumentam que as mulheres cumprem um papel importante não só no espaço da cozinha e no ato de cozinhar, mas na responsabilidade que possuem no cuidado com os cultivos destinados à satisfação da família (KRONE; MENASCHE, 2012).

Em vista disso, percebe-se que a segurança alimentar das famílias rurais correlaciona-se fortemente ao trabalho feminino exercido no espaço doméstico. É fundamental, portanto, que as políticas públicas, para além de instrumentalizarem a agricultura familiar para a geração de renda e participação no mercado, devem focar o consumo dessas famílias, visando à construção da segurança alimentar desses grupos (GOMES JÚNIOR; BOTELHO FILHO, 2010).

Nesse sentido, para além da contribuição das mulheres na garantia de segurança alimentar das famílias, uma série de mobilizações nessa última década demonstrou um redirecionamento no posicionamento político das mulheres rurais assumindo pautas como a da questão alimentar. Na década de 2000, tem-se a primeira Marcha das Margaridas, abrindo espaço a uma série de outras aparições (2003, 2007 e 2010). Contudo, é na terceira Marcha que, dentro das suas reivindicações, é inserida a segurança alimentar como um eixo de luta (SILIPRANDI, 2011). Também, passam a organizar-se dentro da Via Campesina, com o MMC em 2000 e o MST, refletindo uma disputa por soberania alimentar e

desenvolvimento rural. Para Siliprandi (2011), tal mobilização busca a afirmação de sua identidade como mulheres que possuem uma racionalidade definida cultural e historicamente.

Muito embora as mulheres também tenham sido amplamente afetadas pela modernização agrícola e, conseqüentemente, pelas mudanças dos hábitos alimentares, o contexto de luta pela soberania alimentar é uma arena que pode favorecer a sua participação no meio político por ser uma pauta que tradicionalmente refere-se às mulheres (SILIPRANDI, 2011). A abertura desses espaços é fundamental para que se possa pensar que modelos de organização produtiva e políticas são consoantes aos interesses das mulheres.

Entretanto, essa maior inclinação das mulheres para a questão alimentar não poderia estar novamente restringindo-as ao espaço doméstico e ao cuidado com a família? Em que pese o fato de ser um campo majoritariamente feminino, a organização política de mulheres possibilita desestabilizar antigos papéis de gênero e redesenhar esse modelo de produção familiar respeitando a sua autonomia individual. O orquestramento das lutas em torno da soberania alimentar, contrapondo-se ao processo de modernização conservadora no campo, conduz a um processo no qual a disputa pode se fazer também em outras frentes de interesse, como o reconhecimento do espaço da mulher na agricultura familiar. Destaca-se, portanto, a possibilidade de projetar que papel as mulheres querem assumir, conformando outras formas de racionalidades na construção da soberania alimentar nos distintos territórios brasileiros.

Considerações finais

O terreno fértil de discussão da soberania alimentar em face das transformações vividas e da construção de uma agenda nacional e transnacional de lutas permite ampliar a discussão sobre tecnologias, compreendida não só como produto de uma racionalidade científica e econômica excludente, mas ainda como reflexo de um modo de vida que cultiva e recicla o saber tradicional. Longe de ser uma única racionalidade, esse saber consiste num conceito guarda-chuva que abarca diversas racionalidades muitas vezes em conflito, mas que se organizam no campo da soberania alimentar na contramão de um projeto desenvolvimentista, homogeneizador, insustentável e patriarcal. A inserção das mulheres no diálogo sobre a questão alimentar é uma das propostas de defesa deste artigo à medida que pode redimensionar essa frente de luta.

As mulheres articulam-se politicamente levando consigo uma racionalidade que pode ser específica no redesenho da agricultura familiar. Elas podem efetivamente contribuir, uma vez que tal projeto demanda qual espaço e que tipo de papel tem sido atribuído a elas. Além disso, tal organização permite ressaltar a essencialidade de seu trabalho dentro do conjunto da agricultura familiar e dos povos tradicionais, bem como desmitificá-lo como orientação natural, ausente de esforço físico e teleológico.

Referências

- AGARWALL B, *Feminist Studies*, V 18 nº1, p 119~158 Spring, USA 1992.
- BELIK, Walter. Agroindústria e política agroindustrial no Brasil. In: RAMOS, Pedro et al. (Org.). *Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas*. Brasília: NEAD/MDA, 2007. Disponível em: www.nead.gov.br. Acesso em: 25 jun. 2012.
- BURITY, Valéria et al. *Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional*. Brasília: ABRANDH, 2010.
- CASTRO, Josué de. *Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população no mundo*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- DAGNINO, Renato. *Neutralidade científica e determinismo tecnológico*. Campinas: Ed. Unicamp, 2008.

- DELGADO, G. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. *Revista Desenvolvimento em Debate*, nº 2, vol. 1. Rio de Janeiro, 2010
- DELGADO, Guilherme Costa. *Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio: Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: UFRGS, 2012.
- FAO STATISTICAL YEARBOOK 2012, Food and Agricultural Organisation, U. N., 2012.
- FEENBERG, Andrew. Racionalização Subversiva: tecnologia, poder e democracia. In: NEDER, Ricardo T. (Org.). *A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia*. Brasília: CDS, 2009.
- FERREIRA, Virgínia. Feminismo na pós-modernidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, Universidade de Coimbra, n. 24, mar. 1988.
- FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (Org.). *História da alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- FÓRUM MUNDIAL DE SOBERANIA ALIMENTAR. Havana, Cuba, 2001. Disponível em: <http://www.viacampesina.org>. Acesso em: 09 ago. 2012.
- GEORGE, Susan. *O mercado da fome: as verdadeiras razões da fome no mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- GOMES JUNIOR, Newton Narciso. *Segurança alimentar e nutricional como princípio orientador de políticas públicas no marco das necessidades humanas básicas*. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Política Social. Departamento de Serviço Social. Brasília, 2007. 338 p.
- _____; BOTELHO FILHO, Flávio Borges. A agricultura familiar e a construção da segurança alimentar e nutricional: a multifuncionalidade como fator de resistência à insegurança alimentar. *Sociedade e Desenvolvimento Rural*, v. 4, p. 25-44, 2010. Disponível em: http://comunidades.mda.gov.br/dotlrn/clubs/biossegurana/contents/file-storage/download/index?version_id=1315794. Acesso em: 06 fev. 2013.
- GOMES, João Carlos Costa. Ciência agroecológica e sua aplicação na conquista da soberania alimentar. In: CANUTO, João Carlos; COSTABEBER, José Antônio (Org.). *Agroecologia: conquistando a soberania alimentar*. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2004.
- GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de gênero e sexualidade. *Antropologia em Primeira Mão*, Florianópolis, p. 1-14, 1998.
- KRONE, Evander Eloí; MENASCHE, Renata. Comida e trabalho: um estudo sobre as relações de gênero entre famílias rurais assentadas. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 5., 2012. *Anais...* Belém, 2012, p. 1-12.
- LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MALUF, Renato. *Segurança alimentar e nutricional*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: Editora Unesp/MDA/NEAD, 2010.
- MEDEIROS, Laécia Jalil. *Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.
- MELO, Lígia Albuquerque de. Relações de gênero na convivência com o Semi-Árido Brasileiro: a água para o consumo doméstico. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Org.). *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2006.
- MENASCHE, Renata; MARQUES, Flavia Charão; ZANETTI, Cândida. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. *Revista de Nutrição*, Campinas, Puccamp, n. 21 (suplemento), p. 145-158, jul./ago. 2008.
- MENEZES, Francisco. Food sovereignty: a vital requirement for food security in the context of globalization. *Development*, England, Palgrave Macmillan, v. 44, n. 4, p. 29-33, Dec. 2001. Disponível em: <http://www.palgrave-journals.com>. Acesso em: 07 jan. 2013.
- PANZUTTI, N. A Mulher Rural: Eminência Oculta. Alínea – Campinas, 2006.
- PESSANHA, Lavinia Davis R. *Segurança alimentar como princípio orientador de políticas públicas: implicações para o caso brasileiro*. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro (RJ). 305 f.
- PORTELLA, Ana Paula; SILVA, Carmem. Divisão Sexual do Trabalho em Áreas Rurais do Nordeste do Brasil. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (orgs.). *Agricultura Familiar e Gênero: Práticas, Movimento e Políticas Públicas*. Recife: Ed. da UFPE, 2006.
- ROSSET, Peter. *Soberania alimentaria: reclamo mundial del movimiento campesino*. [s.l.]: [s.n.], 2004. Disponível em: www.agroeco.org/social. Acesso em: 13 out. 2012.
- SILIPRANDI, Emma. Políticas de segurança alimentar e relações de gênero. *Cadernos de Debates*, Campinas, Unicamp, v. 11, p. 1-18, dez. 2004.
- _____. Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. *Pensamiento Iberoamericano*, v. 9, p. 169-184, 2011.
- STÉDILE, João Pedro. O movimento social e as políticas públicas para o campo. In: ROCHA, Marlene da (Org.). *Segurança alimentar: um desafio para acabar com a fome no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- _____; CARVALHO, Horácio Martins de. Soberania alimentar. In: CALDART, R. S. et al. (Org.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- VALENTE, Flávio. *Direito Humano a Alimentação: Desafios e Conquistas*, Cortez 2002.

VIA CAMPESINA. Basta de políticas neoliberais! Construamos a soberania alimentar. 17 abr. 2007. Disponível em: http://www.cna.pt/comunicados/viacampesina/12_diainternacionalcampesinos_17abr07.pdf. Acesso em: 09 jan. 2013.

¹ Apesar de alguns autores e autoras acima mencionarem o termo segurança alimentar e nutricional, para esta reflexão ele será abordado como semelhante ao conceito de segurança alimentar. O termo nutricional é uma particularidade das discussões no Brasil que é incorporada durante a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição em 1986 por conta das mobilizações em torno da saúde pública (MALUF, 2009). Contudo, para fomentar um pouco o debate acerca dessas duas categorias, ver Burity *et al.* (2010).

² Para analisar o posicionamento da Via, a análise debruçou-se sobre os documentos emitidos por essa organização que, muito embora reflitam seu posicionamento, não trazem uma análise da soberania num plano acadêmico. Já João Pedro Stédile (2004) e Peter Rosset (2004), como pesquisadores, empreendem uma reflexão acerca do conceito.

³ Para consultar o debate de SAN, consultar Lavinia Davis Pessanha (1998), Flávio Valente (2002), Newton Narciso Gomes Júnior (2007), Renato Maluf (2009).

⁴ Criada em 1993, a Via Campesina é um movimento internacional de camponesas e camponeses com aproximadamente 150 organizações políticas oriundas de 70 países. No Brasil, estão articulados nela o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a Pastoral da Juventude Rural (PJR). Disponível em: www.viacampesina.org.br.

⁵ A teoria malthusiana explica que a produção de alimentos desenvolve-se segundo uma progressão aritmética (1, 2, 3, 4, ...), enquanto a população em uma progressão geométrica (1, 2, 4, 8, ...). Nesse decorrer, há um descompasso entre a oferta de alimentos e a demanda da sociedade engendrando a fome (CASTRO, 1957).

⁶ Apesar de nesse contexto o debate não explicitar a nomenclatura *segurança alimentar*, a discussão sobre a fome é um dos pontos de partida para refletir sobre essa categoria. Formalmente, ela surge nos discursos oficiais durante a II Guerra Mundial para garantir e resguardar a população da fome em períodos de guerra e posteriormente vincula-se à aceção da disponibilidade de alimentos.

⁷ Tecnicamente falando, esse fenômeno visava a proporcionar um aumento da produção agrícola sem aumentar as áreas de cultivo por meio de um pacote tecnológico que previa a utilização de sementes melhoradas, fertilizantes e pesticidas artificiais, agrotóxicos, máquinas e equipamentos para irrigação. Entretanto, George (1978) define como um sistema complexo de dominação das agroindústrias, com o fito de determinar o que, quando e onde os agricultores do Terceiro Mundo irão produzir.